

NOTA

de Secretariado

para Grupo de Trabalho sobre a Europa Social (Grupo XI)

Assunto: Nota de síntese da reunião de 11 de Dezembro de 2002

1. Os valores essenciais da União

A propósito dos valores essenciais relativos ao domínio social que deveriam constar do artigo 2.º do anteprojecto de Tratado Constitucional, os membros do Grupo chegaram rapidamente a acordo sobre determinados princípios, a saber: que o artigo 2.º deveria ser curto e preciso e que haveria que estabelecer uma distinção entre os valores e os objectivos, podendo a cada valor corresponder vários objectivos. Assim, a igualdade de tratamento e de oportunidades foi reconhecida pelo Grupo como um valor, e a promoção da igualdade de tratamento entre homens e mulheres foi, por seu lado, reconhecida como um objectivo decorrente desse valor.

O Presidente recordou aos membros do Grupo que o artigo 7.º do TUE prevê a possibilidade de sanções contra os Estados-Membros que não respeitem os princípios (ou valores) da União. No artigo 45.º do anteprojecto de Tratado Constitucional, prevê-se disposição semelhante.

O Grupo pronunciou-se igualmente no sentido de que não seria necessário reabrir o dossier da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, mas que seria possível fazer referência à Carta no artigo 2.º.

O Grupo estabeleceu uma primeira lista dos valores que poderiam constar do artigo 2.º, e que contém as seguintes noções:

- igualdade, no sentido de igualdade de tratamento (não discriminação) e de igualdade de oportunidades;
- solidariedade, que alguns preferiram à noção de justiça social, proposta por certos membros do Grupo. Foi sugerido que a justiça social figure antes entre os objectivos;
- dignidade da pessoa;
- solidariedade, nomeadamente entre gerações;
- democracia.

Alguns membros propuseram também a noção de sustentabilidade em termos de economia, de política social e ambiental, tendo esta noção tido uma recepção favorável por parte do Grupo. Vários dos seus membros, porém, consideraram que a sustentabilidade não era um valor, mas sim um objectivo importante.

Foi igualmente proposta a noção de tolerância. Alguns membros consideraram, contudo, que não bastava a noção de tolerância, sendo necessário especificá-la mediante uma referência ao anti-racismo e ao carácter multicultural e multiétnico da sociedade europeia.

O Presidente convidou os demais membros do Grupo a apresentar propostas de redacção para o artigo 2.º do anteprojecto de Tratado Constitucional.

2. Os objectivos gerais da União

A propósito dos objectivos gerais da União que deverão constar do artigo 3.º do anteprojecto de Tratado Constitucional, o debate incidiu sobre os seguintes aspectos:

O Grupo debruçou-se sobre a questão de saber se os objectivos da União deveriam corresponder necessariamente a domínios da competência da União ou se se deveriam aplicar também aos Estados-Membros, na esfera das respectivas competências, sabendo-se que a política económica é da competência dos Estados-Membros, que a política social corresponde a uma competência partilhada e que o emprego corresponde a uma competência complementar da União. No entanto,

vários membros insistiram na necessidade de um equilíbrio entre os objectivos e os instrumentos para os concretizar. O Grupo acabou por ser de opinião de que os objectivos não se deveriam limitar ao realizável unicamente pela União, mas aplicar-se igualmente aos Estados-Membros sempre que a União disponha de competências complementares no domínio em questão.

Vários dos membros do Grupo insistiram ainda na necessidade de se erigir o pleno emprego num dos grandes objectivos da União, recordando que já o Conselho Europeu em Lisboa e em Barcelona designara o pleno emprego como um objectivo essencial das políticas económicas e sociais. Vários outros membros, porém, referiram que o objectivo a prosseguir pela União deveria antes ser o de um elevado nível de emprego e que o que importa é desenvolver condições favoráveis à criação de emprego. Foi, a propósito, frisada a noção de "empregabilidade".

Vários elementos do Grupo salientaram que haveria que acrescentar a este objectivo a igualdade de oportunidades, mencionada entre os valores mas que deveria constituir sobretudo um objectivo, traduzido, por exemplo, no livre acesso à formação profissional ligado ao princípio do direito ao trabalho consagrado no artigo 15.º da Carta dos Direitos Fundamentais.

Foram citados como objectivos a figurar no artigo 3.º: a economia social de mercado, a coesão económica e social, a criação de postos de trabalho estáveis, a protecção social universal, o acesso a serviços de interesse geral eficazes e de qualidade.

Certos membros do Grupo recordaram que a redacção do artigo 3.º deveria ser equilibrada, reflectindo a dualidade do objectivo, a saber, um elevado nível de protecção social numa economia de mercado destinada a assegurar a competitividade. Alguns consideraram que o texto que consta do anteprojecto de Tratado Constitucional cobre devidamente todos os objectivos a atingir.

Alguns membros do Grupo chamaram a atenção para o facto de que é necessário evitar entrar na especificação dos meios, limitando-se exclusivamente aos objectivos.

O Grupo, na sua maioria, aprovou como um dos objectivos a inscrever a promoção da igualdade entre homens e mulheres, bem como a promoção da integração social, juntamente com o objectivo, que consta do actual artigo 2.º do TCE, de um elevado nível de protecção social. Um dos membros sugeriu, a propósito, que a garantia de uma protecção social universal fosse um dos objectivos.

O Grupo insistiu no facto de que não se deveria recuar em relação aos objectivos actualmente definidos no artigo 2.º do TCE.

Alguns elementos do Grupo manifestaram o desejo de que determinados objectivos específicos constantes do artigo 3.º do TCE, como, por exemplo, os objectivos em matéria de saúde e de educação, passem a ser considerados objectivos gerais. Na opinião de alguns membros, a luta contra a insegurança económica e a exclusão social deveria também figurar no artigo 3.º do anteprojecto de Tratado Constitucional.

A propósito dos serviços de interesse geral, salientou-se o facto de estarem associados ao acesso de todos os cidadãos a serviços básicos (saúde, educação, ...) que, segundo numerosos membros, deveria figurar entre os objectivos. Em sua opinião, os serviços de interesse geral constituem um meio de realizar esse objectivo. Esta a razão por que vários membros manifestaram o desejo de que fosse criada uma disposição horizontal que garantisse o acesso aos serviços de base – e, conseqüentemente, a sua prestação –, sem que isso signifique a exclusão da aplicação das regras do mercado interno aos prestadores desse tipo de serviços.

Vários foram os membros a mencionar a promoção da economia social de mercado e/ou do modelo social europeu como um dos objectivos da União, a fim de salvaguardar tanto o regime de protecção existente como a competitividade da economia europeia.

Foi ainda referido como devendo constar dos objectivos o desenvolvimento económico e social sustentável.

Por último, alguns membros manifestaram ainda o desejo de que a coesão económica e social entre os Estados e as regiões fosse inscrita entre os objectivos.

3. As competências da União

O Grupo interrogou-se a propósito das actuais competências que constam do Tratado. Enquanto que alguns membros consideraram ser suficiente a variedade de competências actualmente existente, outros desejaram que a União pudesse legislar nos domínios actualmente excluídos pelo n.º 6 do artigo 137.º do TCE: as remunerações, o direito sindical, os direitos de greve e de *lock-out*. Alguns membros manifestaram o desejo de que, em caso de extensão das competências da União, as novas competências pertencessem à categoria das competências complementares.

Outros elementos do Grupo opuseram-se veementemente a essa extensão de competências, frisando que o direito de greve não deve ser regulamentado a nível europeu. Do mesmo modo, no que respeita às remunerações, declararam que estas são definidas contratualmente mediante convenções colectivas nacionais, pelo que não seria desejável fixá-las a nível europeu. Por seu lado, os defensores da inclusão das remunerações nas competências da União argumentaram que não se tratava de fixar os salários a nível europeu, mas sim de prever o direito de os parceiros sociais os debaterem.

Foi salientado que a verdadeira linha divisória na partilha de competências em matéria social era fixada pela natureza da acção da União que ou legisla de facto, materialmente, ou se limita a acompanhar as políticas dos Estados-Membros. Sublinhou-se a propósito, que, no caso das competências complementares, a coordenação das políticas dos Estados-Membros deveria ser assegurada a nível da União através de grandes orientações por esta adoptadas.

Alguns membros acentuaram que não pode haver um verdadeiro mercado interno sem normas sociais uniformes, sem harmonização social e sem serviços de interesse geral, e que as competências em matéria social se deveriam articular com as competências no domínio económico.

Outros sublinharam que a Europa social existe e que há abundante legislação europeia no domínio social (cerca de 230 diplomas legislativos, precisaram), mas que é necessária uma melhor coordenação entre as orientações gerais de política económica e a política de emprego, conforme realçado pelo Grupo de Trabalho sobre a Governação Económica..

Foi ainda abordada a questão da unanimidade necessária no Conselho para os domínios que constam do n.º 3 do artigo 137.º do TCE: alguns membros perguntaram se estas competências existirão realmente, uma vez que a unanimidade torna muito difícil o processo de aprovação da legislação comunitária nesses domínios. Foram citados alguns exemplos, nomeadamente em matéria de segurança social dos trabalhadores migrantes ou em matéria de transferência dos direitos adquiridos nos regimes de segurança social.

Nesta matéria, foi opinião geral no Grupo que seria desejável prever a maioria qualificada para a transferência dos direitos nos regimes de segurança social associados a actividades transfronteiras. O Grupo foi unânime em considerar que a União não deveria participar na gestão dos regimes de segurança social e que, neste domínio, a sua esfera de acção legítima se deveria limitar às situações transfronteiras.

Alguns dos intervenientes preconizaram que a votação por maioria qualificada fosse generalizada a todos os sectores do domínio social e fiscal.

Alguns defenderam também que a competência em matéria de igualdade entre homens e mulheres não se limitasse ao domínio das oportunidades no mercado de trabalho e do tratamento no trabalho, devendo cobrir todos os domínios da União.

Vários foram os que apelaram também a um reforço das disposições relativas aos serviços de interesse geral que constam actualmente do artigo 16.º do TCE. A Comissão anunciou, a propósito, um próximo contributo técnico.

Vários membros lamentaram igualmente a moderação das actuais disposições do Tratado em matéria de protecção da saúde (artigo 152.º do TCE) e defenderam que a redacção do Tratado Constitucional venha a integrar a evolução da jurisprudência nesta matéria.

Vários membros do Grupo recordaram que o princípio da subsidiariedade também se deveria aplicar ao domínio social e que cada Estado-Membro deveria poder tomar decisões relativas ao respectivo nível de protecção social, devendo a União intervir apenas em caso de situações transfronteiras ou que tenham implicações no mercado interno, por exemplo, em matéria de compatibilidade dos regimes de segurança social em caso de migração no interior da UE ou devido a problemas de concorrência gerados pelas legislações em matéria de tempo de trabalho, nomeadamente no domínio do transporte rodoviário.

Enquanto que certos membros afirmaram que a política de concorrência e o mercado interno tinham consequências nefastas em matéria de protecção social, outros contestaram que o mercado interno e as regras de concorrência que dele são indissociáveis em nada contribuíram para a erosão social,

mas que, pelo contrário, só uma economia eficaz está em condições de contribuir para a prosperidade necessária à perenidade dos regimes de protecção social. Outros ainda declararam encarar o mercado interno como um instrumento destinado a aumentar o bem-estar da população, nele se integrando os serviços de interesse geral, de modo a que, dentro das regras de concorrência, todos tenham acesso aos serviços básicos, independentemente dos meios financeiros de que disponham.

Vários dos elementos do Grupo exprimiram o desejo de que as disposições do Tratado relativas às competências em matéria social sejam reagrupadas num único capítulo.
